

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



EXIGIMOS SANEAMENTOS SOMOS DESPEDIDOS

TAP: os trabalhadores não negociam o caderno reivindicativo; exigem a sua aceitação integral

O Caderno Reivindicativo apresentado pelos trabalhadores da TAP à Administração, surgiu da tomada de consciência pelas massas operárias, de que a Comissão Sindical (C. S.) que negocia com o patronato do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), se alheou dos seus justos interesses; dirige as negociações sem consultar os trabalhadores, aceita todas as manobras de adiamento das mesmas.

O Caderno Reivindicativo (CR) foi amplamente discutido e aprovado pelos operários da D. M. E. (Direcção de Manutenção e Engenharia).

Da participação operária desde o início deste processo e do seu alto grau de consciência política, resultam a firmeza e unidade na luta que os trabalhadores da TAP travam neste momento contra o capitalismo, seus aliados revisionistas e direcções sindicais reformistas.

A cada prova de firmeza e unidade, respondem estas forças contra-revolucionárias com as mais diversas manobras começando com atitudes repressivas (invasão militar e militarização da TAP, factos que são do conhecimento público), passando a uma larga campanha de calúnias no último fim-de-semana, acentuando logo a seguir a repressão com a detenção de vários camaradas (na segunda-feira de manhã

foram detidos cerca de 10 trabalhadores). Estas detenções revelam uma tentativa da parte do governo em responsabilizar e isolar alguns trabalhadores, procurando gerar o pânico no seio das massas e, apresentando os detidos como a tal «minoria» que provoca «perturbações» na TAP. Mas os trabalhadores saberão como até aqui decidir colectivamente as novas formas de luta a adoptar.

Uma coisa é certa, e isso já o afirmamos e reafirmamos. Não cedemos face a ameaças. O Caderno Reivindicativo não se negocia. A nossa luta só terminará quando a TAP aceitar o Caderno Reivindicativo na sua totalidade.



SOMOS CALUNIADOS

Temos sido acusados de pretender mais dinheiro, nós que somos os trabalhadores mais bem pagos do País. Temos sido acusados de não querermos trabalhar.

São estes essencialmente os dois pontos fundamentais para onde se têm dirigido as calúnias dos revisionistas, das direcções sindicais reformistas, da imprensa burguesa (na pena dos seus «ilustres» comentaristas e economistas «democratas»), do Governo, claro que sempre bem mandados pelos edonos da quinta portuguesa.

PORQUE SOMOS CALUNIADOS

No que respeita a salários, o CR apresenta uma fórmula para:

- a) Diminuição do leque salarial;
- b) Congelamento dos salários superiores a 16 000\$00.

Exige-se, pois, que o patronato se submeta a um critério político de distribuição justa dos rendimentos da empresa. Exige-se que se ponha fim a uma das armas de escalonamento e divisão dos trabalhadores, para que o capital reine impunemente — amplo leque salarial.

Vêm apressadamente os laiaos do capital — revisionistas (célula do PCP na TAP), direcções reformistas dos sindicatos e demais forças burguesas, alamar a população e os trabalhadores, para as dificuldades económicas da empresa, para a sua possível destruição. Não dizem, porém, que na Proposta de Revisão do A. C. T. apresentada por essas direcções sindicais, os aumentos propostos acarretarão para a TAP um muito maior encargo financeiro, embora respeitando (e mesmo aumentando) todo o leque salarial actualmente existente.

Um dos mais ferozes adversários do CR é o Sindicato do Pessoal do Voo, que representa a camada mais bem paga da companhia (ordenados que vão de 10 a 52 contos), em contraposição com os operários da DME, os quais em média ganham 6500\$00, e não de oito a dez contos conforme mente a imprensa burguesa.

No que respeita ao número de horas de trabalho semanais, incluímos na proposta de revisão do ACT um número máximo de 35 horas. Acordaram a então Comissão Administrativa e a Comissão Sindical, num máximo semanal de tempo de trabalho de 37 horas e 30 minutos.

E este acordo que nós, muito em particular os operários da DME, queremos que se cumpra. Que haja um único número de horas de trabalho conforme os limites já acordados é o que nós exigimos. Que o tempo de trabalho nos dê as horas livres necessárias para o devido descanso (quanto mais baixos os salários mais para a periferia da cidade são empurrados os trabalhadores, obrigando-os a gastar muito do seu tempo em transportes), para actividades culturais e para sessões de discussão política, eis o que exigimos.

Qual o interesse do capitalismo e dos seus mandatários — imprensa burguesa de mãos dadas com os revisionistas do PCP e direcções reformistas dos sindicatos — numa ampla «unidade» porque tanto gritam? Manter ou aumentar o número de horas de descanso semanal?

E porquê?

A burguesia portuguesa esforça-se neste momento por reorganizar e modernizar a sua economia, tão abalada com os longos tempos do fascismo. Precisa de reunir todas as forças para o «grande arranque». Não possuindo gestores e tecnocratas em número suficiente e devidamente habilitados, nem uma tecnologia suficientemente avançada (na maioria dos casos), a sua margem de manobra é pequena, para poder fazer face a grandes reivindicações dos trabalhadores, sem diminuir a produtividade.

Para além disso, os trabalhadores impõem já na sua luta, paralizações da produção — para reuniões ou greves — que o capitalista se vê obrigado a contar regularmente como dado no balanço geral do número de horas de trabalho produtivo.

Mas aos trabalhadores não interessam as dificuldades económicas de quem os explora! Se a economia capitalista não suporta as reivindicações dos trabalhadores, esta será mais uma razão para lutarmos por uma sociedade nova, onde possamos nós mesmos decidir sobre toda a economia e toda a vida social.

EXIGIMOS AINDA

Exigimos que sejam saneados todos os elementos que ao serviço do capital sempre tomaram atitudes contra os trabalhadores — reprimindo-os, denunciando-os, atirando-os para o desemprego. Queremos ser nós a proceder ao saneamento na TAP porque fomos e somos nós que sofremos a violência dessas pessoas.

Não iríamos, porém, muito longe, se após correremos com esses elementos permitíssemos que voltasse a ser a Administração a nomear os seus substitutos, que decerto seriam da sua confiança. Novos quadros que estariam sempre prontos a cumprir as ordens do patronato.

Ao correremos com os elementos indesejáveis exigimos também que sejam nós a eleger os seus substitutos. Também nestes pontos somos em causa a autoridade da Administração da TAP; a isto se opõe o Governo, os revisionistas, as direcções reformistas sindicais e demais parceiros unidos na repressão contra os trabalhadores.

Mais uma vez se deve mostrar que, das direcções sindicais que mais nos atacam, se destaca a do Sindicato do

(Continua nas pag. centrais)

LISNAVE

7000 operários na 1.ª manifestação comunista

A luta dos operários da Lisnave pelo saneamento dos fascistas da administração é um processo que já vem de trás.

Os métodos de repressão que sempre utilizaram para dividir e espalhar o terror no seio da classe operária, foram os mesmos utilizados pelo regime deposto. Assim como a elaboração de uma lista negra com 24 nomes de operários que em 1969 mais se destacaram na luta.

O ódio da classe operária contra o fascismo, forma de reprimir, dum modo mais agudo nos países capitalistas, a sua luta, deu origem no dia 12 de Maio antes de se apresentar o caderno reivindicativo, a um levantamento dos operários da Lisnave com o objectivo de sanear a administração. Ao travar esta luta política que é o saneamento toma consciência de que não estão só a lutar pelo derrube das estruturas fascistas dentro da Lisnave como contra toda a burguesia exploradora. A luta pelo saneamento teve desde início das reivindicações dos trabalhadores da Lisnave uma importância determinante.

— 9 de Maio levantamento das massas operárias para expulsar a comissão interna símbolo da administração do fascismo.

— Lutou pelo saneamento quando em assembleia geral apontou como representantes do fascismo, o administrador delegado eng.º Perestrelo e mais dois laiaos, dr. Varela e Carvalho.

— Lutou pelo saneamento quando manietou os pides Alfredo Ferretti, Ferrão, Roque e Machado e obrigou Caxias a prender estes carrascos do povo.

— Lutou pelo saneamento quando através das assembleias gerais, repudiou todas as tentativas da administração e seus laiaos, para dividirem a classe. Recordamos todos os comunicados da administração autênticos monumentos de provocação à inteligência dos operários, disfarçados de «justiça», «compreensão», «caos económico», «economia nacional»...

— Lutou pelo saneamento quando à cerca de dois meses e meio elaborou um caderno de acusações fundamentando as manobras fascistas, e as ligações na prática com a PIDE, dos Perestrelo, Varela, Carvalho e Lamas.

— Luta ainda pelo saneamento quando depois de esgotados todos os contactos com as entidades responsáveis sem qualquer resposta ou resultado positivo decidiu em assembleia geral realizar uma manifestação, para levar até ao fim a justa luta pelo saneamento.

(Continua nas pag. centrais)

SEARA VERMELHA PÁG. 2
SOGANTAL — CHARMINHA PÁG. 6
GREVE CONFECÇÕES SILGAR PÁG. 7

CAMPONESES NÃO À FOME

Depois de um processo de luta começado em fins de Maio na freguesia de Montoito até à entrada em greve dos trabalhadores rurais desta freguesia — começada a 24 de Junho, seguidos na semana seguinte pelos trabalhadores de Nossa Senhora de Machede, Vendinha, Regueços de Monsaraz e região de Monte da Virgem — resultou que após várias negociações falhadas com os agrários, foi finalmente aceite por ambas as partes uma proposta, válida até 31 de Agosto, semelhante à que o Secretariado Pró-Sindicato apresentou, agora, para a nova Convenção de Trabalho (sobre o que foi esta luta ver COMBATE n.º 3).

O QUE SE PASSOU DEPOIS

Até 31 de Agosto deram-se casos de não cumprimento do Contrato como sejam: não pagamento de salário acordado e despedimento sem justa causa (até 22 de Agosto existiam cerca de 3000 desempregados no Distrito de Évora). Após o termo do contrato, verificou-se uma fortíssima reacção dos agrários, reunidos à volta da ALA (Associação Livre de Agricultores), tentando tirar aos trabalhadores as regalias obtidas através da sua luta. Assim, assistiu-se à tentativa de abaixamento de salários, insistiram de novo no trabalho ao sábado à tarde e aumentaram os casos de despedimento — cerca de 5000 desempregados no distrito.

AS MANOBRAS DOS AGRÁRIOS OS TRABALHADORES RESPONDEM COM VÁRIAS FORMAS DE LUTA

Ainda durante a vigência do contrato, informam através dos delegados sindicais, o Secretariado da Comissão Pró-Sindicato dos casos de não cumprimento do contrato, esperando que o organismo sindical consiga resolver os problemas que os tocam. Assim o Secretariado para resolver os casos de quebra de contrato apresenta queixas na Delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), queixas essas que vão parar à gaveta porque o delegado do INTP em Évora, Manuel Inácio Cabral não dá andamento às queixas, até que uma manifestação de trabalhadores, em 22 de Agosto, exige o seu saneamento imediato, pelo que este sendo o caso mal parado apresenta o pedido de demissão.

Ao mesmo tempo o Secretariado, trabalha para resolver os problemas de desemprego e na preparação de uma nova convenção de trabalho, para isso contacta com o Grémio da Lavoura (agora ao serviço da Associação Livre dos Agricultores — ALA), com o Ministério do Trabalho, com a Secretaria de Estado da Agricultura e com a Intersindical.

Depois do termo da Convenção em 31 de Agosto, os agricultores tentam que-

brar a firmeza dos trabalhadores através de despedimentos e recusa de trabalho a não ser com salários tão baixos que são verdadeiros insultos e que os trabalhadores se recusam a receber, mesmo tendo trabalhado (o caso de Montoito e Redondo, entre outros).

A esta posição dos agrários unidos à volta da ALA e como as negociações não avançam, os trabalhadores tornam-se impacientes a um ponto tal que, na segunda semana de Setembro contra a opinião do Secretariado, entram em greve em diversas freguesias dos concelhos de Évora, Redondo e Portel.

A GREVE DOS TRABALHADORES DE REDONDO

A greve no Redondo, iniciada na semana começada a 9 de Setembro era praticamente total na quarta-feira, dia 11. Os raros trabalhadores que ainda não tinham aderido à greve, acabam por aderir nesse mesmo dia.

DOIS CASOS EXEMPLARES

Quando os trabalhadores se encontram reunidos em pequenos grupos no largo principal da vila a discutir os seus problemas e a condução da luta que estavam a travar, vêem passar dois tractores carregados. Imediatamente um grupo de trabalhadores faz parar os tractores e explica aos tractoristas as razões porque estão em greve, apelando para que estes lhes juntem.

Esta conversa foi interrompida intempestivamente pelo patrão, um rendeiro que também é pequeno proprietário.

Se bem que os trabalhadores ao fazer parar os tractores quisessem apenas esclarecer os tractoristas das razões porque deveriam também entrar em greve, a arrogância com que o patrão os interrompeu permitiu mostrar bem a solidariedade de classe dos trabalhadores rurais.

O patrão ordena aos tractoristas para seguir caminho. Tal ordem não é bem recebida pelos trabalhadores nem pelos tractoristas. Gera-se uma violenta discussão em que os trabalhadores dizem que «só querem o que têm direitos», «são todos uns ladrões» e insistem com os tractoristas para estes irem arrumar os tractores, e juntarem-se-lhes. A isto o patrão responde que os trabalhadores «não têm o direito de impedir quem trabalha» e que os tractoristas continuarão a trabalhar (seja hoje e vai todos os dias). Os trabalhadores respondem firmemente «só passam hoje, mas não passam mais vezes». Abatido o patrão pergunta «o que pretendem?». «Pretendemos aquilo que é nosso. Só começamos a trabalhar quando nos derem o ordenado todos». Explicando mais uma vez que não estão a proibir os

tractoristas de trabalhar, mas apenas a «dizer-lhes o que se passa». Novamente o patrão ordena aos tractoristas que prossigam no trabalho. Trabalhadores e tractoristas resolvem em conjunto a decisão a tomar. Acordam entre si que os tractoristas iriam levar os tractores e se juntariam depois para continuarem a luta até à satisfação das suas justas reivindicações.

Face à solidariedade dos trabalhadores o patrão abandonou o largo.

2.º

Na noite de quarta-feira, dia 11, quando o delegado sindical chega ao Redondo, reuniu imediatamente à «ua volta um grupo de trabalhadores ansiosos por saber notícias do andamento das negociações com a ALA.

São então informados que apenas teria havido acordo quanto ao pagamento dos feriados, continuando as negociações a marcar passo uma vez que a ALA não cedia, esperando-se que a decisão

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES E A SUA ACTUAÇÃO PRÁTICA

O Sindicato presidido por uma Comissão Coordenadora, que funciona em Évora, estende-se às várias freguesias através dos delegados sindicais. Delegados esses que como em Montoito saem de uma comissão eleita pelos trabalhadores e sobre a qual estes exercem efectivo controle ou como em outros sítios são apenas um ou dois elementos eleitos, sobre os quais os trabalhadores pouco ou nenhum controle exercem. Casos há em que os delegados tentam fugir a prestar esclarecimentos sobre a actuação do Sindicato evitando mesmo concentrações realizadas para o efeito.

Periodicamente os delegados reúnem-se com a Comissão coordenadora, em Évora, onde apresentam problemas dos trabalhadores das diversas freguesias. Destas reuniões saiu a proposta de Convenção de Trabalho agora aprovada.

Como mostrámos nos parágrafos anteriores chegou-se a uma situação em que, de um lado encontram-se os trabalhadores reunidos à volta do seu Sindicato, do outro os agrários, cada vez mais convencidos que o 25 de Abril não os obrigará a diminuir a exploração dos trabalhadores, unidos na ALA, lançados numa contra-ofensiva em grande escala.

Salários baixos e desemprego são alguns dos factores de descontentamento dos trabalhadores, mas não são os únicos. Têm consciência nítida da exploração a que por todos os lados e meios são submetidos. Por isso não recuam na sua luta, pelo contrário, avançam, pressionando o Sindicato para a resolução dos seus problemas.

Com as negociações em ponto morto e como os agrários não cedem, os diversos apelos, feitos pelo Secretariado do Sindicato; não recorram à greve, não parem os serviços porquanto quando for preciso uma greve o Secretariado de-

RESULTADOS DAS NEGOCIAÇÕES

Na presença do Ministro do Trabalho, realizou-se uma reunião do Secretariado do Sindicato e dos representantes da ALA. Dessa reunião e por cedências de ambas as partes foi assinada nova Convenção de Trabalho, válida de 1 de Setembro de 1974 a 31 de Agosto de 1975, por imposição do Ministro do Trabalho.

Da nova convenção salientamos que os salários propostos pelo Sindicato sofreram uma redução de 10500 por dia, os domingos não são pagos, o horário semanal é de 48 horas, a situação dos ganadeiros e pastores e dos jovens até 16 anos não foi considerada.

Esta convenção não foi bem aceite pelos trabalhadores os quais sentem que estão a ser prejudicados em relação à situação anterior, não só no que respeita aos salários, mas principalmente pela obrigação em trabalhar aos sábados à tarde. Com a imposição desta convenção, com que os trabalhadores não concordam acabou por verificar-se um descrédito na actuação do Sindicato. Esse descrédito deve-se ao facto do Secretariado ter decidido independentemente da vontade expressa dos trabalhadores.

— * —

Ao fazer um balanço deste período de luta parece-nos ser de salientar os seguintes pontos:

- a ideia inicial dos trabalhadores de Montoito de tentar assegurar trabalho às mulheres, colocando-as em pé de igualdade face aos homens perdeu-se. A melhor auxiliar da estabilidade económica e da família alentejana, é mantida numa situação de inferioridade em que alguns dos seus problemas próprios (como por exemplo a maternidade) não são tratados;
- face à quebra do Contrato por parte dos agrários e aos despedimentos, os trabalhadores entregaram-se, inicialmente, nas mãos do Sindicato. Por essa razão, a luta passou apenas a ser dirigida em dois sentidos, num tentava-se evitar os despedimentos por via legal, o que não foi conseguido e outro que consistia na preparação de uma Convenção de Trabalho, com o fim de não permitir grandes alterações nos salários já praticados e nas condições de trabalho conquistadas pela luta anterior (Junho) dos trabalhadores;
- os delegados sindicais das diversas freguesias não são controlados de perto pelos trabalhadores, acabando o Secretariado do pré-Sindicato por decidir independentemente da vontade dos trabalhadores.

Apontados alguns factores negativos, resta-nos salientar o que pensamos ser um dos principais factores positivos:

- os trabalhadores ao sentirem que a actuação do Sindicato, só por si não resolvia os seus problemas ultrapassaram as decisões sindicais e colectivamente tomaram nas suas mãos a condução da luta.

— * —

ÚLTIMA HORA

Soubemos que após a assinatura da Convenção de Trabalho, os agrários pagaram aos trabalhadores de Redondo e Santa Susana a semana trabalhada antes da entrada em greve, conforme o estabelecido pela Convenção, tendo além disso sido pago o domingo.

Na semana passada (16 a 22 de Setembro), os trabalhadores destas freguesias recusaram-se a trabalhar ao sábado e como os agrários não lhes queriam pagar os domingos, recusaram-se novamente a receber a semana que tinham trabalhado, estando na disposição de continuarem a luta até satisfação total das suas reivindicações.

Soubemos também que alguns agrários ofereceram créditos aos trabalhadores na ordem dos 3 a 4 contos. Porque esta súbita «amizade»? Não será para manter os trabalhadores em situação de fivida quebrando-lhes a combatividade demonstrada e que tanto temem?

No decurso da greve na vila de Redondo, verificou-se a presença de dois elementos das Forças Armadas, os quais certamente por denúncia de indivíduos saudosos dos tempos de Salazar-Caetano, tentaram a todo o custo descobrir os agitadores que estariam a obrigar os trabalhadores do Redondo a fazer a greve.

Essa manobra foi rapidamente desmascarada pela firme atitude dos trabalhadores em greve que lhes garantiram que «não precisamos de ninguém que nos faça a greve».



final fosse dada na sexta-feira, dia 13, depois de uma reunião do Sindicato com a ALA na presença do Ministro do Trabalho.

Os trabalhadores manifestaram o seu desagrado perante a posição intransigente dos agrários, tanto mais que sabem que alguns deles, mesmo tendo trabalhado a precisar de ser feitos, preferem perder as culturas e não ceder às reivindicações dos trabalhadores, caso da Herdade da Corujeira (da Sociedade Agrícola Mira da Silva) com 206 caixas de tomate a estragar-se além do que está a precisar de ser colhido.

A revolta é grande e é frequente ouvir dizer aos trabalhadores que se não há trabalho não ganham para o sustento deles e das suas famílias o que os obrigará a «ir buscar onde o houver», pois «assim não pode ser» porque «se eles baixam o ordenado e os comestíveis aumentarem, não se podem governar», chegando a dizer que «se for preciso agarramos um borrego e assamo-lo no Largo para dar de comer a quem tem fome».

Além do sentimento de revolta, mostram que têm perfeita consciência da sobre-exploração resultante do sistema de arrendamento ao dizerem «que se o lavrador tem duas ou três propriedades e a ele não dá, arrenda. E aquele que vai arrendar dá, porque?» e responde «é porque tira de mim e de outros como eu, tem de vir do meu suor e do suor dos outros, e depois se eu preciso de ganhar, por exemplo 30 ganho 20». «Se eles gostam de governar as casas deles eu também gosto de governar a minha, não quero ver a minha mulher e os meus filhos com fome, porque quem trabalha tem direitos».

cretá-la-á e «as greves podem prejudicar-nos muito» são ignorados pelos trabalhadores.

Como exemplo do afastamento progressivo dos trabalhadores do Sindicato recorremos ao discurso feito pelo delegado Joaquim Sofio, elemento da sua comissão coordenadora, na presença do ministro do Trabalho, em que aquele afirma:

«Não foi o Sindicato que lhes fez a greve, mas foram eles sim que se sentiram na necessidade de não poderem trabalhar pelo ordenado que lhes foi baixado pelos patrões». Mais adiante referindo-se à situação extremamente crítica existente no Alentejo, lembra que foi pela sua intervenção que não se realizou uma marcha de todo o povo de algumas freguesias que se iria manifestar a Évora. Rejeita também a responsabilidade do que os trabalhadores possam fazer a partir de 16 de Setembro, senão forem satisfeitas as suas reivindicações, «pois os trabalhadores chegam ao Sindicato e dizem nós não esperamos mais e afirma «eu tenho estado de mãos no ar, mãos postas, até posso dizer, a pedir aos trabalhadores para que isso não acontecesse, mas o que é certo é que os não posso segurar mais tempo. Para a semana, os trabalhadores, da minha parte têm o mesmo apoio e o mesmo pedido, mas eu não consigo segurar isto e prova-o dizendo logo a seguir que na sua própria freguesia, ao dirigir-se aos trabalhadores a dizer-lhes o que se tinha passado na última reunião com os agrários, não o quiseram escutar.

Da assistência elevou-se uma voz que clamou: «se o sr. Ministro não tomar providências, terão os trabalhadores que as tomar».



EDITORIAL

Os saneamentos em si não se opõem ao capitalismo

Depois do 25 de Abril desenvolveu-se em Portugal nas pequenas e nas grandes empresas, nas fábricas e nas oficinas, nos serviços e nas repartições, um amplo movimento por saneamentos. Sanear membros da administração que se distinguiram na repressão fascista ou na corrupção, ou sanear os encarregados e mestres, mandatários e defensores directos do patronato, tem sido preocupação de muitos milhares de trabalhadores.

Os trabalhadores procuram afastar dos locais de trabalho os seus carrascos directos (os que impõem autoritária e violentamente os ritmos e a disciplina no trabalho, e todos aqueles que directa ou indirectamente se destacaram na repressão política.

Neste movimento encontraram os trabalhadores incentivos da parte do governo e de todos os partidos reformistas.

E porque é que as lutas pelos saneamentos tem sido bem recebidas pelos representantes do capital?

Logicamente porque estavam também interessados em que alguns desses saneamentos se fizessem, desde que o movimento se limitasse à substituição de algumas pessoas: do mau gestor capitalista pelo bom gestor tecnocrata, que fala em democracia e direitos dos trabalhadores, mas também que melhor sabe gerir e aumentar a rentabilidade do capital. Desde que esse movimento não ultrapassasse esses estreitos limites e sobretudo não pusesse em causa a organização do trabalho capitalista — mantendo as hierarquias, a separação do trabalhador dos meios e processo de produção, etc.

Se o capital permitia e permite isso é porque nisso está interessado.

As classes exploradoras precisavam de adaptar rapidamente as estruturas administrativas e de gestão às necessidades de desenvolvimento capitalista. O governo provisório procurou com os saneamentos resolver dois problemas:

— por um lado, limitar a luta dos trabalhadores canalizando-a contra os que directamente exerciam a tirania e a repressão, substituindo-os por tecnocratas não comprometidos com o fascismo;

— por outro lado, aproveitar as capacidades dos trabalhadores para organizar o trabalho, deixando-os fazer pequenas remodelações.

Ao mesmo tempo pretendia-se com este novo «clima de liberdade» captar o apoio das massas trabalhadoras.

A LUTA PELOS SANEAMENTOS DESENVOLVE-SE PARA ALÉM DOS SANEAMENTOS

Mas, os objectivos dos trabalhadores não são ajudar a salvação da economia capitalista, rentabilizar e modernizar a exploração, mas acabar com todas as formas de exploração. Não interessa só substituir um mau gestor por um bom gestor da empresa, um mestre carrasco por um mestre simpático, mas acabar com a organização do trabalho capitalista, acabar com as hierarquias no trabalho, estabelecer novas relações de produção — as relações de produção comunistas: tomarmos nós em mão a gestão da economia e toda a vida social.

Isto não quer dizer que os trabalhadores não devam lutar pelos saneamentos! Não, não queremos dizer isso.

Os trabalhadores procuram sempre melhorar as suas condições de vida e de trabalho no capitalismo. É mais agradável trabalhar com um mestre simpático que com um mestre que usa da brutalidade...

Mas, a luta dos trabalhadores não pára com os saneamentos!

Devemos aproveitar a luta pelos saneamentos para chegar mais longe e impor novas formas de gestão, novas formas de organização do trabalho. Temos consciência que é nessa prática de luta que os trabalhadores se apercebem e ganham consciência das novas relações de produção.

Mas, quando os trabalhadores tentam levar mais longe a sua luta, as forças repressivas entram em campo, actuam. São exemplos actuais os casos da Lisnave, da TAP, do «Jornal do Comércio» onde a repressão se tem exercido com intervenção militar, ou da Texmalhas com o despedimento dos trabalhadores mais activos.

E porquê? Porque os saneamentos em si não põem em causa o modo de produção capitalista — antes pelo contrário, neste caso ajudam a reestruturar a economia, tão debilitada pelos regimes anteriores. Mas o que o governo provisório e todos os reformistas não podem admitir é o desenvolvimento autónomo da luta dos trabalhadores, quando esta põe em causa a organização do trabalho capitalista.

Extratos da imprensa operária mostram que os trabalhadores estão bem conscientes deste facto:

Fala-se muito em sanear pessoas, mas talvez seja bom verificarmos melhor se a actuação das pessoas que devem ser saneadas é só devida à posição que essas pessoas ocupam no sistema em que vivemos. Isto não quer dizer que esses elementos não sejam saneados, mas devemos é ter consciência que com esses saneamentos nada de fundamental se altera. Porque das duas uma, ou a pessoa que vem a substituir o saneado desempenha o papel que lhe é confiado pelo patrão ou então é o patrão que o tira de lá. Isto tudo porque não há ninguém que possa agradar às duas partes em causa: patrões e empregados. Exactamente porque os interesses do patrão passam pela exploração do trabalhador e as pessoas a quem normalmente é feito saneamento desempenham um papel muito «importante» na exploração, isto é, a sua função é oprimir os trabalhadores para defender os patrões.

Não é por acaso que estas pessoas existem assim como não é por acaso que o ordenado dos engenheiros e chefes é sempre bastante maior que o ordenado dos trabalhadores. Ao dar um grande ordenado aos chefes os patrões estão a comprar estes e a pô-los do seu lado. Por isso mesmo os trabalhadores normalmente são contra os chefes. Mas, é preciso ver que quem manda e paga ao chefe é o patrão e mesmo que o chefe seja mudado, outro que vá para lá, para o patrão o lá ter e lhe pagar tem de defender o patrão e, portanto, ser contra os trabalhadores que estão sob as suas ordens. Por isso os trabalhadores só serão livres quando acabarem com os chefes e para isso têm de acabar com os patrões.

Jornal da greve dos trabalhadores da EFACEC-INEL — LISBOA, N.º 11 de 22 de Julho

«...Ao travar esta luta política que é o saneamento toma consciência (a classe operária da Lisnave) de que não estão só a lutar pelo derrube das estruturas fascistas dentro da Lisnave como contra toda a burguesia exploradora. A luta pelo saneamento teve desde o início das reivindicações dos trabalhadores da Lisnave uma importância determinante.»

Comunicado Dos Trabalhadores da Lisnave à População (12/9/74)

«O saneamento, para ser conseguido, tem que ter uma ampla participação dos trabalhadores. É pois função, no nosso empenho colectivo pelo afastamento dos reaccionários, melhorarmos as nossas condições de trabalho e termos uma participação democrática na vida da Empresa. É na unidade de todos nós, em torno deste objectivo concreto, que contribuiremos para a reconstrução de um Sindicato forte, livre e democrático, ao serviço dos trabalhadores. Torna-se imperioso organizarmos o processo de saneamento, recorrendo à formação de Grupos de Trabalho, para que tenhamos a garantia que conduziremos solidamente esta luta e que nesta prática aprendamos o mais possível, no caminho de um sindicalismo de base, controlado pelas amplas massas trabalhadoras.»

Texto de Apoio 3, da Comissão Pró-Sindicato dos CTT de 9 de Julho de 1974

Também o Governo ao formar a Comissão de Saneamento e reclassificação do Ministério da Economia, tem o cuidado de esclarecer os limites dos saneamentos:

«A Comissão esclarece que o saneamento previsto legalmente não visa a reorganização de estruturas mas sim os funcionários e agentes cujo procedimento se encontre abrangido pelas resoluções do Conselho de Ministros e pelas decisões da Comissão Interministerial da Reclassificação que foram divulgadas pela Imprensa. Assim, são considerados saneáveis, entre outros, os procedimentos a seguir indicados:

a) comportamento antidemocrático; b) utilização abusiva de fundos ou bens públicos; c) aquisição de bens de valor mediante o exercício de funções públicas; d) prepotência; e) falta de urbanidade nas relações com o público; f) insuficiência ou inadequação de conhecimentos referentes às funções exercidas.»

Nós estamos interessados nos saneamentos, porque eles nos podem facilitar as nossas condições de trabalho no regime capitalista em que vivemos. Mas estamos interessados sobretudo na destruição do patronato, do capitalismo, na criação de novas relações de produção. Estamos interessados no desenvolvimento das nossas lutas de forma que permitam através dessa prática o aumento da consciência das novas relações de produção — das relações de produção comunistas.

Há um pequeno país na América Latina onde a tragédia chilena se repete todos os dias, há vários anos, com a mesma barba e a mesma ferocidade, é a GUATEMALA.

A REPÚBLICA DA MORTE

Cidade da Guatemala: «A sr.ª Velasquez quando se encontrava no jardim a festejar o 11.º aniversário da sua filha, foi morta por 9 balas calibre 45 disparadas por desconhecidos saídos de um carro negro de marca americana. A sr.ª Velasquez era mãe de Edwice Haroldo, o estudante desaparecido no mês de Maio do ano passado após ter sido raptado por desconhecidos...»

A notícia, aparecida no jornal guatemalteco EL GRAFICO de 17 de Junho último, continuava assim: «Quando do seu desaparecimento, constou que o jovem Velasquez tinha sido conduzido ao primeiro distrito da Polícia nacional, mas a partir desse momento, nada mais se soube... No fim do mesmo mês encontrou-se em Suchitepequez o cadáver de um homem horrivelmente torturado: pensou-se que se tratava da mesma pessoa.»

Inúmeras notícias do género aparecem todos os dias na imprensa guatemalteca, com as variantes possíveis mas havendo elementos fixos que se repetem como fotocópias: «raptado por desconhecidos», «automóvel negro», «matrículas tapadas por tecido escuro», «encontrou-se um cadáver cheio de balas», «horrivelmente torturado...», «o corpo martirizado por golpes de catanas», «com as mãos e as pernas queimadas». Estas notícias quotidianas de verdadeiros massacres acabam sempre com a fórmula: «A polícia começou o inquérito».

Investigações, inquéritos nos locais e autópsias representam o preço por que as autoridades estão dispostas a pagar para salvar o prestígio turístico da República da Guatemala. A imprensa produz sem comentários notícias quotidianas de raptos e assassinatos, enquanto as autoridades exprimem «a sua consternação e condenação da violência extrema, venha ela donde vier».

É talvez por causa disto que a Freedom House (Casa da Liberdade (?) de Nova Iorque, num inquérito sobre «A Distribuição da Liberdade na América Latina» chega à conclusão de que «há liberdade» na Guatemala. É verdade que o relatório do Instituto pró-Kennedy dirigido por W. R. Cotter e Frances Stan se limita a dar à América Central 2 pontos sobre 7 no que respeita aos direitos políticos e 3 sobre 7 para os direitos civis, mas no que se refere ao capítulo «liberdade», não tem nenhuma dúvida...

«Somos um país ocupado pelo seu próprio exército — diz-nos um estudante de medicina que acabou de cumprir uma semana de «tratamento a golpes de matraca, descargas eléctricas e

terapia de águas nos calabouços da polícia nacional. «Aqui todo o poder está nas mãos dos militares, da polícia, dos grandes proprietários agrários e das sociedades multinacionais americanas. «Tudo depende da maneira como as coisas correm entre eles».

Enquanto fala, o nosso amigo está sentado num banco numa salita nua com uma pequena janela tapada por um saco de farinha «Pollisbury — produto fornecido pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID). Paco mostra-nos a marcas de profundas queimaduras no peito, com o ar mais natural. «Há 5 anos que se desenvolve uma guerrilha de direita na Guatemala, com todos os golpes de guerra especial. Incêndios e massacres nas regiões rurais, execuções sumárias de adversários reais ou imaginários, inimigos pessoais, de cúmplices que sabem demasiado ou que fizeram demasiado.»

Paco tinha um irmão de 18 anos que fora preso em Maio de 1972. Ninguém soube nada dele. As mesmas diligências: denúncia à polícia, petição aos magistrados, ao ministro do Interior, ao presidente da República, contínuas intervenções de juristas do «Gabinete Popular», uma associação de estudantes de direito e advogados que tentam defender como podem os direitos civis dos prisioneiros.

A polícia não sabe nada, mesmo se o raptado, como neste caso, foi uma verdadeira prisão.

Por vezes a tragédia torna-se numa farsa terrível. Foi o caso do estudante Juan Francisco Ceiva Pineda, assassinado pela técnica do «atropelamento». Um camião com matrícula da polícia (a tristemente célebre G2, polícia judiciária formada em 1966 segundo os métodos da Academia Internacional da Polícia de Washington) atropelou o jovem, fez marcha atrás e voltou a passar-lhe duas vezes por cima. Por acaso, uma testemunha revelou o número da matrícula. O juiz declarou o tribunal militar como competente para este caso e, por sua vez, este declarou-se incompetente porque não se provava que os condutores do camião fossem polícias em serviço.

«Mas trata-se da técnica clássica de anti-guerrilha, como lhe chamam nos textos de guerra especial americana» — continua Paco mostrando-nos um pacote com documentos.

O ASSASSÍNIO SEMI-PUBLICO

«Aqui temos uma lista com centenas de casos de raptos, torturas e assassinatos, e é necessário precisar que se trata

so das cidades. São acções de desconhecidos que pertencem às forças policiais e agem simultaneamente sob a bandeira de organizações como a MANO «Movimento de Acção Nacionalista Organizado», Olho por Olho, Abutre Justiceiro e mais recentemente o Esquadrão da Morte ou a Tamara, que opera em todas as repúblicas da América Central».

Enquanto Paco fala, entram 3 outros homens. Acabam de passar 3 dias fazendo investigações minuciosas sobre nós.

É indispensável tomar as maiores precauções de defesa face ao aparelho de espionagem do exército guatemalteco, que trabalha em colaboração com a CIA e as outras organizações repressivas da América Latina. Os «Matones» ou ladrões-assassinos, como são chamados estes agentes, tentam infiltrar-se em todo o lado mesmo nas associações mais inocentes. Por vezes são ajudados por estrangeiros que fizeram armadilhas a adversários comuns ou militantes com promessas de ajuda na publicidade aos raptos.

O melhor golpe dos serviços de espionagem e da G2 foi a prisão, a 26 de Setembro de 1972, de Bernardo Alvaro Morzon, secretário do partido comunista (PGT), e de 6 outros membros da direcção. Estavam reunidos a festejar o 23.º aniversário da criação do partido. O PGT tinha uma organização muito fraca, formada por elementos da pequena-burguesia e das profissões liberais da capital, na sua maioria pessoas de meia idade desligadas das lutas camponesas e das massas operárias. A eliminação dos 7 militantes do PGT, aos quais há a juntar uma mulher que estava no apartamento no momento do aparecimento dos G2, foi sobretudo uma vitória do terrorismo de direita.

COMO SE DIVIDEM AS FORÇAS DE ESQUERDA

«Há já muito tempo que o PGT não tem nada a ver com a luta armada». Diz-nos Chico, representante das Forças Armadas Rebeldes (FAR), um dos 3 últimos homens a chegar. «Desde 1966 o PGT representa abertamente um obstáculo a toda a luta contra os governos de direita. A decisão de apoiar a candidatura de Julio Cesar Mendez Montenegro, cuja vitória nas eleições foi saudada pelo PGT como uma vitória da revolução, abriu uma brecha na frente guerrilheira, que nesse momento controlava províncias inteiras. Mendez Montenegro, que se apresentou como moderado, foi autor da repressão mais terrível. Os sectores democráticos mais conciliadores apoiaram-no com a pro-



messa dum armistício com a guerrilha. Os comunistas calaram estas afirmações verbais quebrando, assim, a unidade do Centro de Direcção Revolucionária (CDR) retirando-se ao mesmo tempo da luta armada.»

«O que se seguiu, vocês já o conhecem — continua Chico, um moço vestido com uma camisola vermelha e amarela como as das equipas de rugby das universidades americanas — os financiamentos americanos para as forças armadas foram quadruplicados, destacamentos inteiros foram instruídos nos campos de treino do Panamá, o coronel Carlos Arana Osório, actual presidente da Guatemala, teve carta branca na zona de Zacapa, que foi posta a ferro e fogo durante mais de 2 anos; aqui, na capital, desenvolvia-se o terror da MANO. Fez-se uma divisão de tarefas: por um lado, Mendez Montenegro falava de distribuição de terras aos camponeses e de democracia, por outro os grandes proprietários de terras expropriavam pela força milhares de famílias das suas terras comunais. Num sítio, Mendez Montenegro pedia a paz para restabelecer a ordem social, noutro o terror das organizações para militares de direita, que exprimem os interesses dos grandes proprietários agrícolas, das explorações agrícolas americanas e das forças armadas, encarregam-se de eliminar impunemente o maior número possível de pessoas.»

Um dos 3 homens chegados à reunião tem a cara curtida pelo sol, as mãos deformadas pelo trabalho, um chapéu mexicano usado e um cesto; por entre as frutas que afasta lentamente para apanhar alguns papéis escritos à mão, apercebemo-nos de um revólver. Aliás, todos os nossos amigos estão armados e taberíamos mais tarde que no exte-

rior, nas ruas cheias de lixo, de um dos numerosos bairros de lata periféricos da miséria e da segregação, outros homens armados prestavam atenção a quem ia e vinha.

O camponês da região do oriente fazia-se chamar Pedro. Trazia-nos a documentação da tragédia de camponeses neste país onde os que trabalham a terra dos outros são mais de 70% da população. «Amanhã, ao nascer do sol, venha procurar-me, iremos à montanha onde encontraremos pessoas que sabem mais do que eu». «Nos papéis estão escritos os nomes dos mortos, camponeses assassinados pela polícia móvel rural e pelas forças armadas na semana passada. Era uma lista de nomes escritos a tinta violenta, com uma letra incerta; era uma lista comprida, de momento não consegui contá-los, mas no fundo das folhas sinais bizarros chamaram-me a atenção, pareciam machados, perguntei a Pedro o que significavam: «esses são os matones da polícia que matámos quando vieram para nos expulsar das nossas terras, em Sanarate, deste vez, a montanha respondeu.»

O último dos nossos amigos é um homem com quase 30 anos, com um grande bigode descaído. Vestiu um terno aos quadrados, gravata, sapatos bem engraxados. Apresentou-se como Hernando e disse-nos que, quando voltarmos da região do Oriente, nos mostrará um cemitério clandestino descoberto recentemente e nos apresentará a operários em luta. Saímos da pequena casa um de cada vez. Escondi o gravador, que não quis utilizar, num cesto que a dona da casa me ofereceu. Eram 2 horas e meia e ia rua deste «bairro» de pobres não havia ninguém às janelas, nem às portas das casas.

(Continua na pdg. 7)

TAP

DESTACAMENTO MILITAR TAP

ORDEN DE SERVIÇO Nº 1

Portela, 22 de Setembro de 1974

DETERMINO E MANDO PUBLICAR:

1 - DESEMPENHO DE FUNÇÕES

Que hoje passei a Comandar este Destacamento.

Fazem a desempenhar as seguintes funções:

2º Comandante - MAJ PARAQ JOSE ALBERTO DE MOURA CALNEIROS
Oficial Adjunto- CAP ARTº EDUARDO ANTONIO MARTINS MENDOÇA

2 - DIVERSOS

Publica-se em anexo um comunicado a todos os funcionários.

O COMANDANTE
JOSE GUILLERME R. R. MANSILHA
TCOR PARAQ

DESPEDIMENTOS EM MASSA

Cerca de 200 operários das inspecções periódicas (Hangar 6) da DME foram hoje despedidos. Estavam no turno das 15.15 às 00.00 h. e quando se preparavam para abandonar as instalações da TAP foram interceptados com grande aparato militar à saída das instalações e foi-lhes apreendido o cartão de identificação TAP e entregue a seguinte notificação:

Destacamento Militar «TAP»

Ex.º Sr. funcionário n.º

Notificação

Comunico que foi despedido do serviço ao abrigo do Art. 6.º do Regulamento de Disciplina Militar, tal como aditado por Dec-Lei de 23-9-1974, do Conselho dos Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas.

Mais informo que o referido despedimento tem efeito a partir de 25-9-1974 inclusive.

Portela, 25 de Setembro de 1974.

O Comandante, José Guilherme R. R. Mansilha — Ten. Cor. Paraq.
Estes despedimentos vêm no segui-

mento da escalada da repressão sobre os trabalhadores da TAP.

PORQUE É QUE SE VERIFICA ESTA ESCALADA DA REPRESSÃO? PORQUE É QUE A REPRESSÃO SE ABATE SOBRE ALGUNS DE NOS?

Porque a nossa luta tem sido uma luta colectiva. Porque a nossa luta tem sido levada por diante apesar de todos os obstáculos que nos opuseram os capitalistas, o Governo Provisório e os Partidos nele representados.

Assim, quando iniciamos a nossa luta tentaram isolar-nos dos nossos camaradas trabalhadores com calúnias e mentiras. Nós respondemos a essas mentiras com a nossa própria e verdadeira informação.

Para a satisfação das nossas justas reivindicações utilizamos a nossa arma fundamental: a greve. As calúnias e as mentiras continuaram para justificar a mobilização militar decretada com base numa lei fascista de 1943 e mesmo assim de forma ilegal.

Como subtemos responder à militarização da TAP continuando a luta sob outras formas a repressão não tardou a abater-se sobre formas mais duras: no



dia 23, 7 camaradas nossos foram arrancados do local de trabalho e interrogados à boa moda antiga.

Mas a resposta dos trabalhadores não se fez esperar e, nesse mesmo dia arrancamos numa grande manifestação que contou com o apoio de muitos camaradas de outras empresas e que terminou junto ao quartel onde se encontravam os nossos camaradas, que vieram a ser libertos perante a nossa exigência.

Perante a nossa firmeza, não podendo manter a ridícula calúnia de que a luta era de uma natureza, nova manobra apareceram: enquanto nós, trabalhadores nos manifestávamos os Chefes dos Estados-Maiores faziam nos seus gabinetes um decreto especial para nos despedirem, para retirarem o pão a centenas de trabalhadores.

(Continua nas pdgs. centras)